

STJ00120400

ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS

**TEORIA GERAL DOS
DIREITOS
HUMANOS
NA ORDEM INTERNACIONAL**

**8ª EDIÇÃO
EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA
2024**

saraiva  *jur*

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** jurisAv. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteadó
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Fldr de Souza
 Daíla Costa de Oliveira

Edição Daniel Pavani Naveira

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Rosana Peroni Fazolari
 Alanne Maria
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa
 Verônica Pivisan Reis

Planejamento e projetos Cíntia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Claudirene de Moura S. Silva

Revisão Amélia Ward

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Marli Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

R175t Ramos, André de Carvalho
 Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem
 Internacional / André de Carvalho Ramos. – 8. ed.
 – São Paulo : Saraiva Jur, 2024.
 416 p.

ISBN: 978-65-5362-875-5 (Impresso)

1. Direito. 2. Direitos Humanos. 3. Direitos
 Internacionais. 4. Nações Unidas. 5. Declaração
 Universal dos Direitos Humanos. 6. Refugiados. 7.
 Tratados internacionais. I. Título.

2024-457

CDD 341.4
COU 341.4**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direitos Humanos 341.4
 2. Direitos Humanos 341.4

J260 J30

Data de fechamento da edição: 20-3-2024Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
 Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 4820 CL 611514 CAE 062958

OP 234692

SUMÁRIO

Prefácio à 1 ^a edição	XIII
Apresentação à 8 ^a edição	XVII
Introdução	XIX

PARTE I **ELEMENTOS DE UMA TEORIA GERAL DOS
DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS**

1 Uma teoria geral dos direitos humanos fundada na prática	3
2 Conceito de direitos humanos	7
3 Terminologia	10
4 A estrutura das normas de direitos humanos: entre os princípios e as regras	17
5 A fundamentação dos direitos humanos	19
5.1 Os negacionistas	19
5.2 Os jusnaturalistas	21
5.3 Os positivistas	23
5.4 A fundamentação moral	25
6 A internacionalização dos direitos humanos	28
6.1 A internacionalização em sentido amplo	28
6.2 A internacionalização em sentido estrito: a Carta da Organização das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos	30
6.3 A reconstrução dos direitos humanos no século XX	35
6.4 Os três eixos da proteção internacional de direitos humanos	36
7 O Direito Internacional Humanitário	41
7.1 <i>Jus in bello</i> , <i>jus post bello</i> , <i>jus ad bellum</i> e o novo <i>jus contra bellum</i>	41
7.2 A classificação das normas do Direito Internacional Humanitário	43
7.3 Os princípios do Direito Internacional Humanitário	48
7.4 Cláusula Martens e o costume internacional	51
7.5 A Cruz Vermelha Internacional	53

7.6	A natureza jurídica do Comitê Internacional da Cruz Vermelha	54
8	Direito Internacional dos Refugiados	57
8.1	Origens do Direito Internacional dos Refugiados e suas fases	57
8.2	A Lei n. 9.474/97: o modelo brasileiro de proteção aos refugiados	62
8.2.1	A aceitação, pelo Brasil, da definição ampla de refugiado	62
8.2.2	A definição de perseguição por motivo de raça, religião, opinião política ou pertença a grupo social	63
8.2.3	Perseguição por parte de agentes privados	69
8.2.4	A criação do CONARE e o procedimento administrativo de análise do refúgio: as regras de inclusão, cessação e exclusão	71
8.2.5	O princípio do <i>non refoulement</i>	73
8.2.5.1	O princípio do <i>non refoulement</i> mitigado	73
8.2.5.2	O princípio do <i>non refoulement</i> absoluto: o modelo do acolhimento	74
8.2.5.3	O princípio do <i>non refoulement</i> absoluto na jurisprudência internacional	76
8.2.5.4	A repulsão do solicitante de refúgio e o Brasil	77
8.2.6	O controle judicial do reconhecimento do estatuto de refugiado: <i>in dubio pro fugitivo</i>	78
8.3	As características do refúgio	81
9	Do que falamos quando falamos de normas internacionais de direitos humanos?	83
9.1	Os tratados	83
9.2	O costume e os princípios gerais do Direito Internacional	86
9.3	O enigma da internacionalização dos direitos humanos	89
9.4	O regime objetivo dos tratados de direitos humanos	96
9.5	As obrigações <i>erga omnes</i>	97
9.6	A soberania nacional e o Direito Internacional dos direitos humanos	104
10	A classificação do rol de direitos humanos	106
10.1	As gerações de direitos humanos	106

10.2	A classificação dos direitos humanos no Direito Internacional: os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, culturais e sociais	111
11	A interpretação dos tratados de direitos humanos	115
11.1	Noções gerais	115
11.2	O princípio da interpretação <i>pro persona</i>	117
11.3	O princípio da máxima efetividade	119
11.4	O princípio da interpretação autônoma	122
11.5	A interpretação evolutiva dos tratados de direitos humanos	123
11.6	O princípio da primazia da norma mais favorável ao indivíduo	124
11.7	A teoria da margem de apreciação	127
12	Os principais intérpretes	141
12.1	As Cortes Internacionais	141
12.2	Os comitês de monitoramento e as observações gerais	152
12.3	A revisão periódica universal, os relatores e órgãos assemelhados da ONU	158
13	A subsidiariedade da jurisdição internacional de direitos humanos	166
14	Direitos humanos internacionais e a essência contramajoritária	168
15	O dilema de Hamilton e a vigilância internacional dos direitos humanos	170

PARTE II CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNACIONAL

1	Considerações iniciais	175
2	Superioridade normativa	176
2.1	O conceito de <i>jus cogens</i> e sua evolução no Direito Internacional	176
2.2	O rol das normas imperativas	184
2.3	A proibição do uso ilegítimo da força, agressão e da guerra de conquista	185
2.4	O princípio da autodeterminação dos povos	189
2.5	As normas cogentes de direitos humanos	191
2.6	O que se espera dos Estados	194
3	Universalidade	196
3.1	O debate ainda em aberto: ser universal na diversidade	196
3.2	Conceito e consagração	199

3.3	As objeções à universalidade dos direitos humanos	203
3.3.1	O argumento filosófico	203
3.3.2	O argumento da falta de adesão dos Estados	204
3.3.3	O argumento geopolítico	205
3.3.4	O argumento cultural	206
3.3.5	O argumento desenvolvimentista	208
3.4	A realirmação da universalidade dos direitos humanos	209
3.5	Perspectivas interculturais no século XXI	213
4	Indivisibilidade	217
5	Interdependência	219
6	Autonomia e indisponibilidade	221
7	Limitabilidade	225
7.1	Noções gerais	225
7.2	O princípio da proporcionalidade	225
7.2.1	Conceito e origem	225
7.2.2	O uso da proporcionalidade na jurisprudência internacional	231
7.3	O abuso de direito	236
7.4	Estado de emergência	244
8	Caráter <i>erga omnes</i>	249
9	Exigibilidade	250
10	Abertura	253
11	Aplicabilidade imediata	255
11.1	Noções gerais	255
11.2	Os direitos sociais são autoaplicáveis?	257
12	Dimensão objetiva	266
13	A proteção penal dos direitos humanos	270
13.1	Origem e fundamentos	270
13.2	Os mandados internacionais expressos de criminalização	274
13.3	Os mandados internacionais implícitos de criminalização	278
14	Proibição do retrocesso	282
15	Eficácia horizontal e eficácia diagonal	284
16	Interseccionalidade na temática dos direitos humanos	290
17.	A abordagem ecológica dos direitos humanos e sua natureza não antropocêntrica	292

**PARTE III O BRASIL E O DIREITO INTERNACIONAL
DOS DIREITOS HUMANOS**

1	A importância dos direitos humanos internacionais no Brasil	299
2	Como o Direito Interno vê o Direito Internacional e como o Direito Internacional vê o Direito Interno: uma relação conturbada	300
2.1	Como o Direito Internacional vê o Direito Interno: o unilateralismo internacionalista	300
2.2	Como o Direito brasileiro vê o Direito Internacional: os processos de formação, incorporação e impregnação das normas internacionais	302
3	Os tratados de direitos humanos antes da EC n. 45/2004	304
3.1	A formação e incorporação dos tratados de direitos humanos antes da EC n. 45/2004	304
3.2	A hierarquia normativa dos tratados de direitos humanos antes da EC n. 45/2004	309
4	Os tratados internacionais de direitos humanos após a EC n. 45/2004	313
4.1	O novo § 3º do artigo 5º: muito foi feito por nada?	313
4.2	A teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos	316
4.3	A denúncia dos tratados de direitos humanos após a ADI n. 1.625	317
4.4	As outras consequências: a fase de formação e incorporação dos tratados de direitos humanos após a EC n. 45/2004	321
5	As fontes extraconvencionais de direitos humanos e o Brasil	323
6	O bloco de constitucionalidade	327
6.1	O bloco de constitucionalidade amplo	327
6.2	O bloco de constitucionalidade restrito	328
7	O controle de convencionalidade	332
8	O Brasil e os mecanismos de controle pertencentes ao Direito Internacional dos direitos humanos	336
8.1	Os mecanismos aceitos pelo Brasil	336
8.2	A implementação das obrigações internacionais: a federalização das graves violações de direitos humanos	338
9	Pluralidade das ordens jurídicas e a defesa universal dos direitos humanos	346
9.1	A nova fase do Direito Internacional	346

9.2	O conceito de pluralidade das ordens jurídicas	347
9.3	A constitucionalização do Direito Internacional como impulsionador do fenômeno da “pluralidade das ordens jurídicas”	349
10	A visão estática e a visão dinâmica da relação entre o direito interno e o direito internacional: a interpretação internacionalista dos direitos no Brasil	355
11	Pelo diálogo das Cortes e a superação da era da ambiguidade	360
12	A superação dos “tratados internacionais nacionais” e a teoria do duplo controle	365
	Considerações finais: os desafios do século XXI	369
	Referências	373